

JORNAL DO CNS



Conselho
Nacional
de Saúde

Publicação do Conselho Nacional de Saúde • ano 2 • 3.^a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

O Conselho Nacional de Saúde tem o prazer de apresentar a Edição Especial do jornal do CNS com o tema 3.^o Conferência Nacional de Gestão do trabalho e da Educação na Saúde. Boa leitura.

Jornal do CNS

Começa debate nacional sobre gestão do trabalho e da educação na saúde



3.^a CNGTES: um marco histórico.

Página 2

Conselheira Nacional de Saúde e secretária geral da 3.^a CNGTES falam ao Jornal do CNS a expectativa em relação a conferência.

Página 3

Negociação permanente no SUS em foco

Página 4

A 3.^a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (3.a CNGTES), de 27 a 30 de março de 2006, reúne em Brasília mais de mil delegados eleitos nas etapas municipais e estaduais, que precederam a etapa nacional.

Sob o tema “Trabalhadores de Saúde e a Saúde de todos: práticas de trabalho, de gestão, de formação e de participação”, a 3.a CNGTES debaterá a questão da gestão do trabalho e

da educação na saúde, levando em conta os seguintes aspectos: gestão democrática e participativa; agenda estratégica e financiamento; controle social; negociação em busca da valorização, humanização e saúde do trabalhador.

Para as entidades de trabalhadores que compõem o Conselho Nacional de Saúde (CNS), esta conferência acontece num momento estratégico para sobrevivência do Sistema Único de Saúde (SUS), na medida em que a temática das condições de trabalho na saúde ficou fora do debate nacional durante treze anos, desde a realização da 2.a Conferência Nacional de Recursos Humanos. “Na década passada, o Brasil passou por um processo intenso de desintegração das relações de

trabalho o que influenciou decisivamente na qualidade da prestação do serviço no SUS”, afirma o farmacêutico e conselheiro nacional Francisco Batista Júnior.



3^a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

(continua página 2)

3.^a CNGTES: um marco histórico

Mais de 2.200 municípios de todos os estados do Brasil realizaram conferências locais de gestão do trabalho e da educação na saúde. É nesse clima de otimismo que tem início a 3.^a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (3.^a CNGTES), de 27 a 30 de março, em Brasília-DF.

A 3.^a CNGTES é um marco histórico por vários motivos. Primeiro, porque estaremos reunidos após 13 anos de ausência de diálogo e discussão política. Segundo, porque vamos propor diretrizes nacionais para a implementação da política de gestão do trabalho e da educação na saúde, tendo como referência a Norma Operacional Básica sobre Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde (NOB/RH-SUS) e não mais buscando traçar exaustivos diagnósticos, quase sempre sombrios, sobre a situação da área nos seus vários aspectos. Terceiro, os debates estarão alicerçados politicamente em uma estrutura organizacional em que a área de gestão do trabalho e da educação se constitui em estratégia de governo.

Ao criar, na estrutura do Ministério da Saúde, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) para planejar, elaborar, incentivar e acompanhar a implementação das políticas de gestão e educação do trabalho na saúde, o governo federal reafirma seu compromisso com os trabalhadores do SUS.

Por fim, porque estaremos juntos: gestores, trabalhadores e usuários debatendo em um cenário de diálogo e de respeito, no qual corajosa e democraticamente

iremos discutir e propor diretrizes nacionais para o enfrentamento de questões antigas e não resolvidas, tais como: desprecarização do trabalho, planos de carreiras no SUS, negociação no trabalho, educação permanente, regulação do trabalho e ordenamento da formação profissional.

A oportunidade é a do debate de idéias e definição de estratégias que levem à prática o conjunto de princípios e diretrizes no campo da gestão do trabalho e da educação, construídos ao longo da história, e consolidação do Sistema Único de Saúde. Não se trata, portanto, de momento de defesas corporativas ou de concepções maniqueístas que apenas empobrecem o debate e não permitem a definição dos rumos a serem seguidos.

Os usuários, por sua vez, devem incorporar de fato e para sempre o debate sobre as condições de trabalho e suas determinações na assistência recebida, fugindo do fácil e preconceituoso discurso de que o servidor e o gestor público não têm compromisso com seu trabalho e com a saúde da população.

A 3.^a CNGTES deve, sim, ser palco de troca de idéias e, por vezes, disputas. Que seja um fórum político em que o entendimento não capitule à submissão, mas que a diferença não seja, necessariamente, entendida como oposição.

Secretária Geral da 3.^a CNGTES

3.^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

“Queremos mostrar que o trabalhador não é um mero acessório da assistência, é o protagonista da atenção à saúde”



A conselheira nacional Solange Belchior lembra que o tema escolhido para a conferência demonstra uma mudança importante de pensamento. “Ao reconhecer o profissional de saúde como ‘trabalhador’ e não apenas como ‘recurso humano’, queremos mostrar que o trabalhador não é um mero acessório da assistência, ao contrário, é o protagonista da atenção à saúde”, afirma.

Na opinião da conselheira nacional Graciara Matos Azevedo, a conferência será o momento para discutir a importância do trabalho, a valorização e a função social dos trabalhadores no processo de atenção e consolidação do SUS.

“Poderemos definir estratégias para superação dos conflitos que permeiam esta área”, afirma Azevedo.

Outra inovação é que, pela primeira vez, o processo de educação e formação dos profissionais de saúde entrou na pauta nacional de discussões. De acordo com Solange Belchior, essa “é uma tentativa de provocar o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o meio acadêmico e a sociedade civil para que discutam a problemática da formação em saúde, que ainda não corresponde às necessidades epidemiológicas, nem sociais do nosso País”.

Para o conselheiro nacional, Antonio Alves, trata-se de uma oportunidade para que os diferentes seguimentos sociais, representantes dos usuários, trabalhadores e gestores, discutam e apresentem propostas que contribuam para fortalecer o sistema público de saúde. “A consolidação do SUS passa pelo fortalecimento desses três sujeitos”, completa.

Dessa forma, cumprindo deliberação da 12.^a Conferência Nacional de Saúde, os debates da 3.^a CNGTES deverão apontar soluções para alguns problemas essenciais que permeiam as relações de trabalho no SUS há vários anos, entre eles: a formalização do emprego; o plano de carreira, cargos e salários para os trabalhadores; o processo de formação e capacitação dos profissionais, entre outros.



Solange Belchior
Conselheira Nacional de Saúde

Após 13 anos, a temática da gestão do trabalho volta à pauta nacional de discussões. Os principais desafios e as expectativas em relação a 3.a CNGTES são os assuntos das entrevistas com Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde/MS, e com a conselheira nacional de saúde, Solange Belchior, representante da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Jornal do CNS – Qual a importância da 3.a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde?

Maria Helena Machado – Essa Conferência tem a responsabilidade de resgatar uma dívida social grande que temos com os trabalhadores da saúde. Depois de uma década de silêncio, de ausência de debate, diálogo e de formulação efetiva de política de gestão do trabalho e de educação, a Conferência vai buscar resgatar toda uma década perdida, marcada pela precarização das relações de trabalho, pela falta de carreira, a falta de amparo legal para os trabalhadores do SUS.

Solange Belchior – O trabalhador de saúde sempre foi uma pauta paralela dentro da discussão da gestão, da formação. Queremos colocar a pauta na ordem certa. O trabalhador não pode ser um adendo no debate da gestão da assistência à saúde. Ele é o protagonista da discussão. Acredito que essa conferência deve partir da visão do trabalho, das dificuldades que esse trabalhador enfrenta no dia-a-dia, numa lógica do trabalho digno, que leve em conta o direito do cidadão assistido e também do profissional que cuida. Afinal, quem não está bem, não pode cuidar bem.

Jornal do CNS – Quais os novos desafios na área da gestão do trabalho e da educação que devem ser objeto de debate na etapa nacional?

Solange Belchior – O maior problema ainda é o da precarização das relações de trabalho. Os trabalhadores são contratados das formas mais absurdas, sem vínculo, muitas vezes até em contratos apenas verbais, sem nenhuma garantia, nenhuma segurança previdenciária, em caso de doença. Outra questão que precisa ser vista é que, nos últimos anos, o empregador deixou de ser a União e passou a ser a esfera municipal. Muitas unidades de saúde foram municipalizadas, mas a estrutura da gestão municipal não foi adequada para receber essa demanda, para olhar esse trabalhador, oferecer estrutura de apoio aos serviços. Há também uma espécie de consenso nos debates feitos nas etapas municipais e estaduais de que a maneira como as instituições de ensino formam para a saúde não é adequada à população brasileira. Isso dificulta a assistência porque os trabalhadores são formados cada um no seu canto, cada um com uma visão de cuidar diferen-

ciada. E no dia-a-dia não há integralidade da assistência. A maneira de formar o trabalhador precisa ser repensada pelas instituições de ensino. O modelo atual de formação não corresponde à necessidade social e nem epidemiológica do País. É preciso ter coragem, romper com algumas certezas e construir outras.

Jornal do CNS – Como será debatido o tema das terceirizações?

Maria Helena Machado – Esse é um tema que mexe com o trabalhador. Não podemos pensar numa assistência à saúde de boa qualidade com trabalhadores terceirizados, precarizados, em condições irregulares. Nós discordamos, por exemplo, da terceirização de profissionais que atuam em funções essenciais. E é isso que queremos discutir com os gestores das três esferas, trabalhadores e usuários.

Jornal do CNS – Qual a expectativa do governo em relação ao relatório final da 3.a CNGTES?

Maria Helena Machado – O nosso desejo político é de que o objetivo da Conferência seja cumprido. Que realmente sejam traçadas diretrizes para implementar as políticas nacionais de gestão do trabalho e da educação na saúde. Pela primeira vez, na história do SUS, nós vamos ter usuário, gestor e trabalhador comprometidos em ver como operacionalizar a política de gestão do trabalho e da educação na saúde.

Esperamos que o relatório final apresente propostas de como solucionar o problema da desprecarização do trabalho, da falta de um plano de carreiras, da educação permanente, da ausência de profissionais em regiões que necessitam, da humanização do atendimento, de como construir uma relação de respeito mútuo entre gestor, trabalhador e usuário, no Sistema Único de Saúde.

Jornal do CNS – E quanto ao Conselho Nacional de Saúde? O que os conselheiros nacionais esperam da 3.a CNGTES?

Solange Belchior – Uma conferência tem que pensar no trabalhador e no usuário, com o mesmo peso fiel da balança. O que o CNS espera é um equilíbrio nessas relações e que possamos elaborar propostas que realmente consigam melhorar o SUS. Nós temos condição de fazer mais e melhor, só é preciso que o trabalhador seja ouvido. Que haja menos autoritarismo na gestão, que possamos pensar no serviço não para os profissionais de saúde, não para os teóricos, mas para o indivíduo comum que entra numa unidade de saúde buscando assistência.

Se a 3.a CNGTES servir para resolver, mesmo que em parte, o problema da qualificação dos profissionais; para fazer os formadores pensarem em outras formas de ensinar e de aprender saúde; para provocar o diálogo entre os profissionais de saúde e entre estes e os usuários, ela terá cumprido o seu papel.



Maria Helena Machado
Secretária geral da 3.ª CNGTES

Negociação Permanente no SUS

Mesa Nacional reúne profissionais de saúde, gestores e prestadores de serviço para discutir as relações de trabalho na rede pública

Relações precárias, falta de vínculo, jornada de trabalho, plano de carreiras, profissionalização dos agentes comunitário de saúde. Esses são alguns dos temas debatidos na Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Instituída mediante Resolução do Conselho Nacional de Saúde (Resolução n.º 52/1993), a Mesa Nacional de Negociação é um fórum permanente de discussões e acordos entre empregadores e trabalhadores do SUS sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho.

Apesar de existir formalmente desde 1993, a Mesa teve os trabalhos comprometidos por um longo período. Passados dez anos, em 2003, o fórum de negociação permanente entre gestores, trabalhadores e prestadores de serviços foi reinstalado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e voltou a atuar plenamente. Ao aprovar por unanimidade essa reativação, o CNS entendeu que a Mesa é um canal estratégico para construção de compromissos duradouros entre empregados e empregadores da saúde.

De acordo com Eliana Pontes, secretária executiva da Mesa Nacional, um fator importante para a reinstalação da Mesa foi a definição do processo de negociação das relações de trabalho no SUS como prioridade do atual governo. A partir daí, foram realizados seminários regionais para sensibilizar trabalhadores e gesto-

ria e permanente, com a participação do governo federal, gestores estaduais e municipais, prestadores de serviço e trabalhadores. Segundo Eliana Pontes, essa formação permite que as questões tratadas nos estados e municípios sejam também debatidas nacionalmente. “Retomamos um processo da negociação per-

manente que sempre fez parte das reivindicações dos trabalhadores do setor público de Saúde. A nossa meta é tentar resolver problemas históricos como plano de carreiras, jornada de trabalho e cessão de servidores”, completa.

Em relação à 3.ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Eliana Pontes avalia que é o momento de debater com profundidade a problemática da gestão do traba-

lho na área da Saúde. “É fundamental que o relatório da conferência aponte encaminhamentos práticos em busca da consolidação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB/RH-SUS). Precisamos dar um salto de qualidade nas relações de trabalho no setor Saúde”, reforça.



Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS

res para a criação desses fóruns nos estados e municípios. “Conseguimos instalar várias mesas em municípios e estados. Foi uma experiência muito rica. Agora, estamos avançando no processo permanente de negociação das relações de trabalho no SUS”, afirma Pontes.

Na atual fase, a Mesa Nacional de Negociação tem composição paritá-

EXPEDIENTE

Conselho Nacional de Saúde
Comissão de Comunicação e Informação do CNS
Geusa Dantas Leles – Conselheira Nacional/ FNE/Fentas
Maria Thereza Mendonça de Carneiro Rezende – Conselheira Nacional/ Conselho Federal de Fonoaudiologia/Fentas
Maria Helena Baumgarten – Conselheira Nacional/Contag
Ilara Hammerli Sozzi – Conass
Geraldo Adão Santos – Conselheiro Nacional/ Cobap
Alessandra Ximenes da Silva – SE/CNS
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde/Coordenações
Eliane Cruz – Secretária-Executiva
Alessandra Ximenes – Coordenadora de Comunicação e Informação
Lúcia Maria Costa Figueiredo – Coordenadora de Equipe Técnica Normativa
Adalgiza Balsemão de Araújo – Coordenadora de Relações Intersetoriais
Coordenação de Comunicação e Informação: Alessandra Ximenes
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Alessandro Saturno (3919 JP/DF), Nita Queiroz (2966 JP/DF) e Verbena Melo (Reg 3836 JP/DF)

COLABORAÇÃO: Darcy Reis de Oliveira
EDIÇÃO E REDAÇÃO: Verbena Melo e Nita Queiroz
REVISÃO: Lilian Assunção e Mara Pamplona
FOTOGRAFIA: Verbena Melo
PROJETO GRÁFICO: Fabiano Bastos
DIAGRAMAÇÃO: Lelio Ricardo
TIRAGEM: 2.000 exemplares
PRODUÇÃO: SE/SAA/CGDI/Editora MS – OS 0366/2006
Endereço: SIA, trecho 4, lotes 540/610, Brasília – DF – CEP 71200-040
Tel.: (61)3233-1774 Fax: (61) 3233-9558
E-mail: editora.ms@saude.gov.br
Site: <http://www.saude.gov.br/editora>



Conselho
Nacional
de Saúde



Ministério
da Saúde

